Resolução SES/MG nº 2.956, de 21 de setembro de 2011, nos casos em que a equipe estiver sob gestão municipal (SAMU Municipal); ou mediante instrumento contratual, quando o gerenciamento das equipes for realizado por meio de Consórcios Intermunicipais de Saúde (SAMU Regional).
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E

18 1336968 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.134, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.120, de 13 de fevereiro de 2020, que aprova a realocação de recursos da Programação Pactuada e Integrada, provenientes do fechamento de leitos de hospitais psiquiátricos em Barbacena e Juiz de Fora ocupados por pacientes crônicos com remanejamento para os municípios que mencionam.
A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que atribui ao Ministério da Saúde a coordenação do processo de substituição progressiva dos leitos em hospital psiquiátrico por uma rede comunitária de atenção psicossocial;
- a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o Programa de Volta para Casa, por meio do qual os internos de longa permanência em hospitais psiquiátricos passam a contar com programa de suporte social que potencializa seu processo de alta hospitalar e reintegração social;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde; a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria MS/SAS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.786, de 24 de setembro de 2018, que aprova a Metodologia da Revisão da Programação da Assistência nos Serviços de Alta Complexidade da Rede de Oncologia no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.846, de 05 de dezembro de 2018, que aprova o Plano da Rede de Atenção em Oncologia - Diagnóstico e Diretrizes - para o Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.854, de 05 de dezembro de 2018, que aprova a pactuação e reprogramação da Rede de Oncologia de Alta Complexidade no âmbito da Programação Pactuada e Integrada - PPI do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.917, de 20 de março de 2019, que aprova as regras dos encontros de contatos da Alta Complexidade em Oncologia para o primeiro semestre de 2019 e nova metodologia dos custos médios para as cirurgias oncológicas;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.998, de 18 de setembro de 2019, que aprova a instituição do Grupo de Trabalho da Oncologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 261ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de março de 2020.

DELIBERA: Art. 1º - Ficam aprovadas as regras para o credenciamento do Serviço de Extensão de Oncologia Clínica vinculados aos hospitais habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS) como Unidades de Assistência de Alta Complexidade (UNACON/CACON) e Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).

Art. 2º - Para o credenciamento do Serviço de Extensão de Oncologia Clínica, deverá ser obedecido os critérios estabelecidos ao atendimento de quimioterapia dispostos na Portaria MS/SAS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS (UNACON/CACON).

Art. 3º - O processo de credenciamento será analisado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e posteriormente deliberada na CIB-SUS/MG;

Art. 4º - Os hospitais habilitados na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) poderão estender o seu serviço de oncologia clínica para outro município, desde que respeitados os limites geográficos estaduais e observados os seguintes critérios:
I - a necessidade de descentralização de atendimento em oncologia clínica e sua localização deverão estar em concordância com o Plano da Rede de Atenção em Oncologia - Diagnóstico e Diretrizes - para o Estado de Minas Gerais;

II - a organização, o funcionamento e o pagamento são de responsabilidade administrativa e técnica do respectivo hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) e, portanto, não se configura em nova habilitação;

III - a extensão do Serviço de Oncologia Clínica não é porta de entrada de novos pacientes e deverá ser responsável pelo atendimento descentralizado de pacientes cadastrados no respectivo hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON), observando os protocolos clínicos, diretrizes diagnósticas e terapêuticas adotadas por esse hospital;

IV - a legislação sanitária vigente deverá ser observada e seguir todos os requisitos para sua estruturação e funcionamento, inclusive quanto à central de quimioterapia, que atenda aos requisitos da RDC/ANVISA nº 220, de 21 de setembro de 2004, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la;

V - deverá ser assegurada no serviço de extensão e no UNACON/CACON assistência ambulatorial e hospitalar para atendimento às intercorrências clínicas e às emergências oncológicas;

VI - deverá ser calculado 1 (um) serviço de extensão de oncologia clínica por microrregião de saúde, respeitando os limites das regiões de saúde agregadas da oncologia do município sede do UNACON/CACON;

VII - deverá ser garantida a integralidade assistencial e a segurança da atenção ao usuário;

VIII - esteja cadastrado no registro do UNACON/CACON no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), conforme orientações técnicas a serem divulgadas em nota técnica pela Diretoria de Processamento e Monitoramento de Recursos de Média e Alta Complexidade/SCP/SUBREG; e

IX - o hospital/município siga o fluxo de credenciamento descrito no Anexo I desta Deliberação.

Art. 5º - O uso do serviço de extensão de oncologia clínica não será permitido no caso de pacientes em tratamento nas áreas de hematologia oncológica de adultos e de oncologia pediátrica.

Art. 6º - O serviço de extensão de oncologia clínica deve observar os seguintes critérios:
I - a legislação sanitária vigente deverá ser observada e seguir todos os requisitos para sua estruturação e funcionamento, inclusive quanto à central de quimioterapia, que atenda aos requisitos da RDC/ANVISA nº 220, de 21 de setembro de 2004, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la;

II - ter como responsável técnico, médico com especialidade em Oncologia Clínica, comprovada por registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), integrante do corpo clínico do estabelecimento, podendo ser responsável somente por um serviço de oncologia clínica, mesmo que integre equipe de diferentes hospitais;

III - o responsável técnico médico deve cumprir uma carga horária mínima de 30h semanais;

IV) a equipe deve ser composta por, no mínimo, 1 (um) responsável técnico médico e mais um oncologista clínico, estando pelo menos 1 (um) médico oncologista clínico presente durante todo o período de aplicação da quimioterapia;

V) garantir a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia e os disponibilizar para o CACON ou UNACON realizar o Registro Hospitalar de Câncer (RHC);

VI) em territórios com mais de um prestador habilitado UNACON/CACON, o serviço de extensão deverá atender pacientes apenas do hospital vinculado a ele, uma vez que esse obrigatoriamente é a porta de entrada deste usuário, responsabilizando-se pela avaliação do usuário que será atendido também no serviço adicional;

VII) a garantia do acesso e priorização clínica feitas pela regulação municipal é soberana sobre qualquer vinculação territorial pactuada; e VIII) atender todos os itens dispostos no Anexo II.

Art. 7º - Caso haja desabilitação do hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON), o serviço de extensão vinculado ao mesmo será automaticamente descredenciado.

Art. 8º - Os gestores municipais de saúde envolvidos (sede UNACON/CACON e os gestores do território de abrangência do serviço de extensão) devem definir os fluxos de referência e contrarreferência dos usuários entre o UNACON/CACON e o serviço de extensão, levando a ciência na CIB macrorregional e pactuação na CIB macrorregional.

Art. 9º - A produção de oncologia do hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) e de sua extensão de Serviço de Oncologia Clínica deverão ser mensalmente registradas no SCNES do UNACON/CACON.

§ 1º - Os procedimentos executados pela extensão do Serviço de Oncologia Clínica deverão ser registrados com numeração específica de APAC a ser solicitada conforme fluxo já existente para a Unidade Regional de Saúde de referência do município sede do hospital habilitado (UNACON/CACON).

§ 2º - Os procedimentos executados pelo hospital habilitado (UNACON/CACON) continuarão sendo registrados com numeração geral de APAC.

Art. 10 - O processamento da produção deverá ser feito conforme rotina já existente e de acordo com o cronograma para processamento e envio de bases definido pelo DATASUS.

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde; a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

- a Portaria MS/SAS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.786, de 24 de setembro de 2018, que aprova a Metodologia da Revisão da Programação da Assistência nos Serviços de Alta Complexidade da Rede de Oncologia no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.846, de 05 de dezembro de 2018, que aprova o Plano da Rede de Atenção em Oncologia - Diagnóstico e Diretrizes - para o Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.854, de 05 de dezembro de 2018, que aprova a pactuação e reprogramação da Rede de Oncologia de Alta Complexidade no âmbito da Programação Pactuada e Integrada - PPI do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.917, de 20 de março de 2019, que aprova as regras dos encontros de contatos da Alta Complexidade em Oncologia para o primeiro semestre de 2019 e nova metodologia dos custos médios para as cirurgias oncológicas;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.998, de 18 de setembro de 2019, que aprova a instituição do Grupo de Trabalho da Oncologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 261ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de março de 2020.

DELIBERA: Art. 1º - Ficam aprovadas as regras para o credenciamento do Serviço de Extensão de Oncologia Clínica vinculados aos hospitais habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS) como Unidades de Assistência de Alta Complexidade (UNACON/CACON) e Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).

Art. 2º - Para o credenciamento do Serviço de Extensão de Oncologia Clínica, deverá ser obedecido os critérios estabelecidos ao atendimento de quimioterapia dispostos na Portaria MS/SAS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS (UNACON/CACON).

Art. 3º - O processo de credenciamento será analisado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e posteriormente deliberada na CIB-SUS/MG;

Art. 4º - Os hospitais habilitados na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) poderão estender o seu serviço de oncologia clínica para outro município, desde que respeitados os limites geográficos estaduais e observados os seguintes critérios:
I - a necessidade de descentralização de atendimento em oncologia clínica e sua localização deverão estar em concordância com o Plano da Rede de Atenção em Oncologia - Diagnóstico e Diretrizes - para o Estado de Minas Gerais;

II - a organização, o funcionamento e o pagamento são de responsabilidade administrativa e técnica do respectivo hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) e, portanto, não se configura em nova habilitação;

III - a extensão do Serviço de Oncologia Clínica não é porta de entrada de novos pacientes e deverá ser responsável pelo atendimento descentralizado de pacientes cadastrados no respectivo hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON), observando os protocolos clínicos, diretrizes diagnósticas e terapêuticas adotadas por esse hospital;

IV - a legislação sanitária vigente deverá ser observada e seguir todos os requisitos para sua estruturação e funcionamento, inclusive quanto à central de quimioterapia, que atenda aos requisitos da RDC/ANVISA nº 220, de 21 de setembro de 2004, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la;

V - deverá ser assegurada no serviço de extensão e no UNACON/CACON assistência ambulatorial e hospitalar para atendimento às intercorrências clínicas e às emergências oncológicas;

VI - deverá ser calculado 1 (um) serviço de extensão de oncologia clínica por microrregião de saúde, respeitando os limites das regiões de saúde agregadas da oncologia do município sede do UNACON/CACON;

VII - deverá ser garantida a integralidade assistencial e a segurança da atenção ao usuário;

VIII - esteja cadastrado no registro do UNACON/CACON no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), conforme orientações técnicas a serem divulgadas em nota técnica pela Diretoria de Processamento e Monitoramento de Recursos de Média e Alta Complexidade/SCP/SUBREG; e

IX - o hospital/município siga o fluxo de credenciamento descrito no Anexo I desta Deliberação.

Art. 5º - O uso do serviço de extensão de oncologia clínica não será permitido no caso de pacientes em tratamento nas áreas de hematologia oncológica de adultos e de oncologia pediátrica.

Art. 6º - O serviço de extensão de oncologia clínica deve observar os seguintes critérios:
I - a legislação sanitária vigente deverá ser observada e seguir todos os requisitos para sua estruturação e funcionamento, inclusive quanto à central de quimioterapia, que atenda aos requisitos da RDC/ANVISA nº 220, de 21 de setembro de 2004, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la;

II - ter como responsável técnico, médico com especialidade em Oncologia Clínica, comprovada por registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), integrante do corpo clínico do estabelecimento, podendo ser responsável somente por um serviço de oncologia clínica, mesmo que integre equipe de diferentes hospitais;

III - o responsável técnico médico deve cumprir uma carga horária mínima de 30h semanais;

IV) a equipe deve ser composta por, no mínimo, 1 (um) responsável técnico médico e mais um oncologista clínico, estando pelo menos 1 (um) médico oncologista clínico presente durante todo o período de aplicação da quimioterapia;

V) garantir a coleta, armazenamento, análise e divulgação de forma sistemática e contínua das informações das pessoas com câncer, atendidas e acompanhadas pelo estabelecimento de saúde habilitado em oncologia e os disponibilizar para o CACON ou UNACON realizar o Registro Hospitalar de Câncer (RHC);

VI) em territórios com mais de um prestador habilitado UNACON/CACON, o serviço de extensão deverá atender pacientes apenas do hospital vinculado a ele, uma vez que esse obrigatoriamente é a porta de entrada deste usuário, responsabilizando-se pela avaliação do usuário que será atendido também no serviço adicional;

VII) a garantia do acesso e priorização clínica feitas pela regulação municipal é soberana sobre qualquer vinculação territorial pactuada; e VIII) atender todos os itens dispostos no Anexo II.

Art. 7º - Caso haja desabilitação do hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON), o serviço de extensão vinculado ao mesmo será automaticamente descredenciado.

Art. 8º - Os gestores municipais de saúde envolvidos (sede UNACON/CACON e os gestores do território de abrangência do serviço de extensão) devem definir os fluxos de referência e contrarreferência dos usuários entre o UNACON/CACON e o serviço de extensão, levando a ciência na CIB macrorregional e pactuação na CIB macrorregional.

Art. 9º - A produção de oncologia do hospital habilitado na alta complexidade em oncologia (UNACON/CACON) e de sua extensão de Serviço de Oncologia Clínica deverão ser mensalmente registradas no SCNES do UNACON/CACON.

§ 1º - Os procedimentos executados pela extensão do Serviço de Oncologia Clínica deverão ser registrados com numeração específica de APAC a ser solicitada conforme fluxo já existente para a Unidade Regional de Saúde de referência do município sede do hospital habilitado (UNACON/CACON).

§ 2º - Os procedimentos executados pelo hospital habilitado (UNACON/CACON) continuarão sendo registrados com numeração geral de APAC.

Parágrafo único - A produção registrada com numeração específica de APAC será aprovada conforme críticas gerais do processamento ambulatorial, onerando o teto financeiro programado para quimioterapia ambulatorial do município do hospital habilitado (UNACON/CACON).

Art. 11 - Não há recurso financeiro novo atrelado a esse credenciamento, ficando vinculado à UNACON/CACON o repasse dos recursos financeiros, já alocado na PPI do município sede, ao serviço de extensão de oncologia clínica.

Art. 12 - A manutenção do credenciamento dos estabelecimentos de saúde como Serviço de extensão de Oncologia Clínica está condicionada à observância das normas estabelecidas nessa Deliberação.

§ 1º - Caso seja encontrada alguma inconformidade no serviço de extensão de oncologia clínica, será emitido um relatório com prazos para adequação.

§ 2º - Em caso de descumprimento dos prazos estipulados para correção de não conformidades encontradas, deve ser solicitado pelo gestor municipal da UNACON/CACON à Secretaria de Estado de Saúde, com respaldo da respectiva CIB macrorregional, o descredenciamento do Serviço de extensão de Oncologia Clínica.

Art. 13 - O monitoramento do cumprimento dos critérios para o funcionamento do serviço de extensão de oncologia clínica e a qualidade da assistência prestada nesses serviços são de responsabilidade do município sede do serviço de extensão, ficando este responsável por possíveis irregularidades e danos causados aos pacientes.

Art. 14 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E

COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXOS I E II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.133, DE 17 DE MARÇO DE 2020 (disponível no site eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

18 1336963 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.131, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Aprova as regras para os encontros de contatos da alta complexidade em Oncologia, no âmbito da Programação Pactuada e Integrada, a partir da competência abril/2020, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

- a Portaria de Consolidação de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

- a Portaria MS/SAS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Orteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

- a Portaria MS/SAS nº 511, de 17 de abril de 2019, que define regras para registro e processamento nos Sistemas de Informações do SUS dos procedimentos de radioterapia elencados na Portaria nº 263/SAS/MS, de 22 de fevereiro de 2019;

- a Portaria MS/SAS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.144, de 15 de julho de 2015, que aprova Diagnóstico e Diretrizes para o Plano de Ação da Rede de Atenção em Oncologia para o Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.786, de 24 de setembro de 2018, que aprova a Metodologia da Revisão da Programação da Assistência nos Serviços de Alta Complexidade da Rede de Oncologia no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.854, de 05 de dezembro de 2018, que aprova a pactuação e reprogramação da Rede de Oncologia de Alta Complexidade no âmbito da Programação Pactuada e Integrada - PPI do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.917, de 20 de março de 2019, que aprova as regras dos encontros de contatos da Alta Complexidade em Oncologia para o primeiro semestre de 2019 e nova metodologia dos custos médios para as cirurgias oncológicas;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.998, de 18 de setembro de 2019, que aprova a instituição do Grupo de Trabalho da Oncologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

- a necessidade de estabelecer critérios para ressarcimento da produção de oncologia de alta complexidade realizada acima dos valores previstos na Programação Pactuada Integrada dos municípios executores; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 261ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de março de 2019.

DELIBERA: Art. 1º - Ficam aprovadas as regras para os Encontros de Contatos da Alta Complexidade em Oncologia, no âmbito da Programação Pactuada e Integrada, a partir da competência abril/2020, conforme os termos desta Deliberação.

Parágrafo único - Os encontros de contatos de que trata o caput deste artigo serão realizados mensalmente, mediante apuração da produção, contabilização e remanejamento dos saldos existentes nos tetos financeiros dos municípios executores.

Art. 2º - Além dos saldos superavitários dos tetos financeiros dos municípios executores, incluindo aqueles apurados para os recursos programados como SADI nos subgrupos relacionados, os encontros de contatos da Alta Complexidade em Oncologia para o exercício 2020 também serão custeados com os recursos programados na PPI/MG, no montante total de R\$72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), compostos por pelos seguintes valores:

I - R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), provenientes da forma de financiamento 090627- Futuras programações em oncologia (Portaria MS/GM 258, de 18 de fevereiro de 2019);

II - R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), provenientes da forma de organização 090627 - Futuras programações em oncologia (Portaria MS/GM 2.016, de 29 de julho de 2019); e

III - recursos que venham a ser alocados pelo Ministério da Saúde para a Alta Complexidade de Oncologia no estado de Minas Gerais.

§ 1º - Os encontros de contatos objeto desta Deliberação serão realizados sob o limite mensal de ressarcimento de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), acrescidos dos valores correspondentes aos superávits apurados nos tetos financeiros dos municípios executores em cada mês de competência.

§ 2º - O valor do limite mensal de ressarcimento de que trata o §1º será executado priorizando o pagamento total da produção de procedimentos de braquiaterapia e dos extraplosamentos de produção apurados nos subgrupos 0911 (Cirurgia oncológica), 0913 (Cirurgia sequencial em oncologia) e nas formas de organização 091208 (Quimioterapia em oncopediatria), 091408 (Radioterapia em oncopediatria), 091213 (Quimioterapia em Hematologia), 091413 (Radioterapia em Hematologia) e 091214 (Iodoterapia).

§ 3º - O restante do recurso total de que trata este artigo será destinado ao pagamento do extraplosamento dos demais subgrupos da alta complexidade em oncologia, a serem quitados proporcionalmente até o limite mensal de ressarcimento previsto no §1º deste artigo.

§ 4º - Para fins de ressarcimento do extraplosamento apurado em Oncologia de alta complexidade será utilizado o menor valor observado na comparação entre o custo médio de produção e o custo médio da PPI.

§ 5º - O extraplosamento de Cirurgias Sequenciais será apurado por forma de organização e as cirurgias que extrapolarem a meta física

mensal programada serão ressarcidas conforme o custo médio programado na PPI do município executor na respectiva forma de organização de Cirurgias Oncológicas Simples.

§ 6º - Os ressarcimentos e débitos apurados a cada competência serão realizados a partir de movimentos financeiros na PPI do município de atendimento, divulgados na forma de organização 090640 - Encontro de Contas Oncologia e convencionados na Deliberação mensal do Teto MAC/PPI.

§ 7º - A apuração do encontro de contas será realizada a partir das bases de dados do SIA e SIHD dos gestores executores e somente serão consideradas as remessas entregues ao DATASUS até 30 dias corridos após o prazo final de processamento da competência em questão.

§ 8º - A metodologia para apuração da produção considerada no Encontro de Contas será divulgada em nota específica.

§ 9º - A apuração do Encontro de Contas da competência abril/2020 será programada na competência agosto/2020 da PPI/MG, cuja regra se aplica sucessivamente para as demais competências.

Art. 3º - Excepcionalmente, para as competências de outubro/19 a março/20 a serem apuradas, o valor de extraplosamento da oncologia de alta complexidade que exceder o recurso federal disponível na PPI/MG, será quitado com recursos de fonte estadual, a ser aprovado em resolução específica.

Art. 4º - Para fazer jus aos ressarcimentos dos encontros de contatos da alta complexidade em oncologia, a partir de abril de 2020, os municípios de atendimento que sejam gestores de seus prestadores e os prestadores sob gestão estadual deverão atender a todos os critérios estabelecidos no Anexo Único desta Deliberação.

Parágrafo único - O Grupo de Trabalho da Oncologia manterá o monitoramento dos resultados dos encontros de contatos, podendo propor ajustes no presente regimento, caso necessário e divulgará cronograma específico para análise de execução da Rede.

Art. 5º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir da competência abril de 2020.
Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E

COORDENADOR DA CIB-SUS/M